

# Visando os Jogos Olímpicos, Rio inicia demolições na Vila Autódromo

Por conta das obras, 280 das 583 famílias devem deixar o local

RIO - A Prefeitura do Rio iniciou a demolição de casas e oficinas mecânicas da Vila Autódromo, comunidade que fica ao lado do futuro Parque Olímpico de 2016, em Jacarepaguá, na zona oeste, cujos donos aceitaram acordo para deixar o local. Pelo menos duas casas e cinco oficinas já foram derrubadas.

De acordo com a prefeitura, os moradores receberam uma indenização. O valor, porém, não foi revelado. Oficialmente, as demolições ocorreram para evitar novas ocupações. "Só está saindo da Vila Autódromo quem quer sair. Não tem remoção nenhuma", alegou o prefeito Eduardo Paes (PMDB).

Relatório em análise no Tribunal de Contas do Município sobre a construção do Parque Olímpico, entretanto, prevê a remoção da comunidade. Estão planejados para o local um estacionamento e uma área de proteção ambiental. De acordo com a secretaria municipal de Habitação, 280 das 583 famílias que vivem na Vila Autódromo "terão que deixar a comunidade" para que a prefeitura possa fazer obras de canalização dos rios e de duplicação das Avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno.

O presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo, Altair Guimarães, de 59 anos, disse que houve "pressão de todos os lados, mas várias famílias não aceitaram negociar". "Todos têm título de posse dado pelo ex-governador Leonel Brizola. Não há tráfico nem milícia aqui, mas mesmo assim querem nos tirar. O que justifica isso é a especulação imobiliária", afirmou.

Segundo ele, mais de 100 famílias querem ficar. "O trato foi que os moradores que não quisessem sair ficariam. O prefeito deu a palavra dele. Tenho uma luta de 20 anos aqui, estou defendendo essa história. Vamos resistir", disse Guimarães, que já sofreu duas remoções, nas décadas de 1960 e 1990, antes de se mudar para a Vila Autódromo, existente há quarenta anos.

O município está oferecendo apartamentos em um condomínio do programa Minha Casa Minha Vida com 900 unidades, localizado a cerca de dois quilômetros da Vila Autódromo. De acordo com a prefeitura, haverá "dois e três quartos com área verde, piscina, espaço gourmet, creche e espaço comercial". Oficialmente, 204 das 280 famílias que estão no traçado da obra optaram pelo imóvel e 76 por indenização. "Outras 172 famílias, que estão fora da área da obra, pediram e aguardam para serem reassentadas. Neste grupo, 140 querem ir para o empreendimento e outras 32 optaram pela indenização."

Nesta quarta-feira, arquitetos visitavam a comunidade para planejar a construção de uma creche com os US\$ 80 mil obtidos pela associação de moradores com o prêmio internacional de urbanismo conquistado pelo Plano Popular da Vila Autódromo, realizado em parceria com pesquisadores da UFRJ e da UFF.

## PORTO

Paes voltou a defender a transferência da Vilas de Árbitros e de Mídia da região portuária para o bairro de Curicica, na zona oeste, proposta criticada por urbanistas. "A ideia inicial era viabilizar a região do porto, que hoje é a de maior crescimento da cidade. Curicica não é uma região de especulação imobiliária e a mudança vai representar uma economia de R\$ 80 milhões para o Comitê Organizador", alegou o prefeito, que antes defendia o uso do porto para a Olimpíada.

Paes disse que pretende incentivar a construção de imóveis residenciais na região portuária, que concentra essencialmente empreendimentos corporativos. O concurso Porto Olímpico, lançado em 2011 pela prefeitura em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), resultou no único grande condomínio residencial em construção na região.

No mês passado, famílias que ocupavam um imóvel abandonado da União na Avenida Francisco Bicalho, na zona portuária, foram removidas pela prefeitura. O local foi escolhido pelo município para a construção de cinco torres comerciais, um projeto do empresário americano Donald Trump.

# Confederação de Ciclismo definiu vencedora de licitação antes de edital, diz TCU

Ao lançar um edital para contratar uma consultoria em ciência do esporte, em 2013, a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) definiu antecipadamente quem ganharia a concorrência. Fez o mesmo, naquele mesmo ano, ao abrir edital para contratar consultoria jurídica. Os nomes dos futuros vencedores já constavam nas minutas de contrato elaboradas previamente, conforme revela um relatório do Tribunal de Contas da União

**ESPORTES** » Visando os Jogos Olímpicos, Rio inicia demolições na Vila Autódromo

  ENTRAR

---

Estas informações foram reveladas por auditoria realizada em 2015 pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), a pedido do TCU. Foi constatado que as contratações da Práxis Consultoria e Informação Desportiva e da Sport Training Consultoria e Eventos "não seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". A auditoria serviu de base para o relatório do TCU.

"Os nomes das duas empresas convidadas já estavam escritos nas minutas de contrato previamente elaboradas aos respectivos editais", aponta a auditoria. Em seu voto, o relator do processo, o ministro Vital do Rêgo, do TCU, aponta que a Sport Training assinou a minuta de contrato de consultoria em ciência do esporte por R\$ 168 mil, em 18 de janeiro de 2013, três dias antes das outras concorrentes apresentarem suas propostas. A própria vencedora do edital só fez sua proposta em 18 de fevereiro daquele ano.

A Sport Training é representada nos relatórios de prestação de serviço por Antônio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Já o coordenador do trabalho é Francisco Cusco y Florencio, que à época da contratação já era diretor de alto rendimento na CBC.

A auditoria aponta que o relatório anual de atividades da Sport Training inicia com a informação de que o departamento de alto rendimento da CBC teria sido criado por sugestão da Sport Training. O departamento, porém, existia desde 2012, pelo menos, já a cargo de Cusco.

"Assim, os indícios de montagem de licitação teriam por objetivo a contratação de empresa apenas para simular a prestação de serviços que já eram realizados pela diretoria de alto rendimento da CBC. Com isso, fica evidenciada a existência de execução fraudulenta dos recursos envolvidos", aponta a auditoria.

Seria o mesmo caso da contratação da Práxis, que comprovou os serviços realizados apresentando ao TCU troca de e-mails nas quais o presidente da empresa assina na qualidade de "assessor jurídico da CBC". A Lei Agnelo/Piva veta a utilização dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Acolhendo o voto de Rêgo, os ministros do TCU rejeitaram aplicar multa à CBC, por enquanto, esperando a oitiva da entidade, que tem 15 dias para se explicar. Para a Secex-PR, a "responsabilidade pelo débito, correspondente ao valor integral do contrato desnecessariamente firmado, recai solidariamente sobre o presidente da CBC, José Luiz Vasconcellos, e sobre o presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade, Lúcio Orlando Coser, e a empresa contratada".

Uma das concorrentes era a Promo Total, da professora de educação física da prefeitura do Rio Andrea D'Aiuto dos Santos Martins, como professora de educação física do ensino fundamental da prefeitura daquela cidade (peça 111). A empresa tem como atividade econômica "artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente".

A outra, Psisport Consultoria Esportiva, tem como atividade econômica principal "atividades de psicologia e psicanálise" e, como atividades secundárias, acupuntura, nutrição e fisioterapia. "Não há o que se enquadre nos objetivos da contratação, voltada para o treinamento técnico da modalidade de ciclismo, para fins de preparação de atletas para competições nacionais e internacionais", aponta o relatório.

Também chamou a atenção o fato, constante na ata da licitação, de que os concorrentes "entregaram a documentação e se ausentaram". Os auditores acharam curioso que eles não tenham demonstrado interesse em conhecer o resultado da licitação de que participaram.